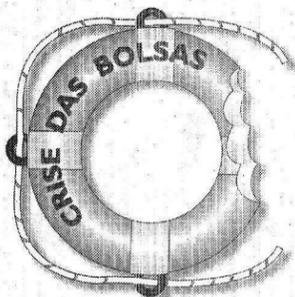


GOVERNO QUER AUMENTAR A CPMF E TAXAR GRANDES FORTUNAS PARA AJUSTAR CONTAS INTERNAS

FHC Discurso
003
Reportagem 0040

FHC TEM PRESSA

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

Apesar de ter antecipado para o dia 20 deste mês a entrega pela equipe econômica da proposta de ajuste fiscal, o presidente Fernando Henrique Cardoso só deve anunciar oficialmente as medidas depois do segundo turno das eleições estaduais, que serão realizadas no dia 25, segundo asseguraram ontem os políticos que com ele estiveram. No primeiro pronunciamento feito depois da confirmação de sua reeleição em primeiro turno, Fernando Henrique traçou detalhes do programa de ajuste fiscal para os próximos três anos. Em um discurso de 35 minutos no Palácio da Alvorada, ele enfatizou — pelo menos quatro vezes — que o ajuste deve penalizar principalmente o setor público, responsável pelo desequilíbrio das contas, ainda que vá exigir sacrifícios de toda a população.

“Não estou disposto a esperar que o tempo passe e que nós continuemos intermitentemente pedindo sacrifícios fiscais. É preciso que, no ano que vem, tenhamos o regime fiscal brasileiro ajustado à nova realidade, de tal maneira que os gastos do governo não pressionem o sistema financeiro, para que possamos baixar as taxas de juros e para que possamos, portanto, voltar a um crescimento sustentado”, disse o presidente.

Para o segundo mandato, Fernando Henrique anunciou a criação de um “Ministério da Produção Nacional”, órgão que coordenaria instrumentos de financiamento, como o BNDES e o Banco do Brasil. Segundo o presidente, a nova pasta cumpriria o objetivo de dar mais atenção ao setor produtivo, preparando o país para uma política econômica que diminua a dependência do capital externo, escasso com a crise financeira

Wanderlei Pozzembom



Fernando Henrique: “Precisamos de um regime fiscal ajustado à nova realidade, de tal maneira que os gastos do governo não pressionem o sistema financeiro”

mundial. O novo ministério vai ao encontro da linha de defesa da crise pregada pelo ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, cujo nome tem sido especulado para comandar a área.

Fernando Henrique não fez referências diretas a aumentos de impostos no discurso, mas seus aliados anteciparam um dos pontos do pacote. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP),

disse ontem que o Imposto sobre Grandes Fortunas poderá ser uma das alternativas para atingir o superávit das contas públicas perseguido pelo governo. O próprio Fernando Henrique, quando senador, apresentou projeto criando o imposto, que não saiu das gavetas do Senado. A idéia nunca foi adiante porque estudos da Receita Federal consideravam a arrecadação do tributo pouco significativa. Mas o

governo deverá incluí-lo no pacote como moeda de negociação com a oposição, que defende a taxa dos mais ricos.

“Não vale à pena tirar das grandes fortunas industriais para fortalecer as fortunas financeiras”, advertiu o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, do PT, que defendeu o ajuste, mas pediu atenção à área social.

A elevação da alíquota da Contri-

buição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é dada como certa no Congresso e no governo, apesar do silêncio do presidente ontem em relação à medida. A nova alíquota — hoje de 0,2% — não deverá ultrapassar a 0,3%. Esse é o limite, segundo o governo, para que não ocorra a chamada desintermediação financeira, quando as pessoas deixam de usar cheques ou depositar dinheiro nos bancos para

fugir do imposto.

Como o ajuste será centrado no controle dos gastos públicos, o pacote incluirá um projeto de lei que institui um mecanismo semelhante ao *circuit breaker*, usado nas bolsas de valores para interromper o pregão sempre que a queda no valor das ações atinge a 10%. Fernando Henrique anunciou que se trata de uma lei, introduzida no orçamento, que agirá como um freio que permita parar “o desmando financeiro quando começar a haver desequilíbrio”. Segundo o presidente, essa é uma medida essencial.

O discurso não teve tom de comemoração pela vitória em primeiro turno. Fernando Henrique preferiu retomar a linha do pronunciamento feito poucos dias antes da eleição, em que alertava para as dificuldades da economia. Disse estar aberto ao diálogo com a oposição, mas pediu respeito ao resultado das urnas, ao povo e às opiniões divergentes. Deu, no entanto, uma nota de otimismo para o futuro. Segundo o presidente, o país pode sair mais forte da crise se cumprir tarefas fundamentais para a preservação do real e da estabilidade.

Antes do pronunciamento, Fernando Henrique tratou da reestruturação do sistema financeiro internacional em longa conversa com o presidente norte-americano, Bill Clinton, que telefonou para cumprimentá-lo pela reeleição. Ele conversou, nos últimos dias, com praticamente todos os presidentes dos países da América do Sul, com os presidentes da França, de Portugal e com o rei da Espanha. Todos manifestaram o mesmo sentimento — de que se imponha uma nova organização do sistema financeiro.

Fernando Henrique dividiu as tarefas do país para sair da crise em metas de longo e de curto prazo. Disse que estará empenhado na aprovação das reformas — previdenciária, administrativa, tributária e política — que não apresentarão resultados imediatos. Reafirmou que diante das dificuldades internacionais não é possível esperar os efeitos das reformas, daí a urgência das medidas que serão enviadas ao Congresso.

No novo mandato, Fernando Henrique não está disposto a arcar sozinho com os sacrifícios para escapar da crise. Quer governadores e prefeitos dividindo as responsabilidades.